



**¡NO ME PONGAS LAS MANOS! AS DISCUSSÕES SOBRE  
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA IMPRENSA FEMINISTA  
DO BRASIL E DO CHILE (1981-1987)**

**¡No me pongas las manos! Discussions on Violence Against  
Women in the Feminist Press in Brazil and Chile (1981-1987)**

**¡No me pongas las manos! Discusiones sobre la violencia  
contra las mujeres en la prensa feminista de Brasil y Chile  
(1981-1987)**

*Júlia Glaciela da Silva Oliveira<sup>1</sup>*

**Resumo:**

O presente artigo visa analisar como a questão da violência contra as mulheres foi problematizada e discutida na imprensa feminista do Brasil e do Chile na década de 1980. Em ambos os países, a década foi marcada tanto pela retomada dos movimentos feministas e de mulheres quanto pelas lutas pela redemocratização. Estes fatores, aliado a uma conjuntura internacional, trouxe à tona as discussões sobre casos de feminicídio, violência doméstica e sexual direcionados aos corpos femininos. Deste modo, tomando os pressupostos metodológicos dos Estudos de gênero e da História Comparada, este artigo se propõe a analisar como estes temas foram debatidos na imprensa feminista do Brasil e do Chile, atetando-se para as diferenças de abordagem e os arranjos políticos e sociais delineados pelos periódicos para evidenciar e enfrentar o problema.

**Palavras-chave:** Violência de gênero. Imprensa feminista. Brasil. Chile. História Comparada.

**Abstract:**

This article aims to analyze how the issue of violence against women was problematized and discussed in the feminist press of Brazil and Chile during the 1980s. In both countries, this decade was marked by the resurgence of feminist and women's movements as well as by the struggles for democratization. These factors, together with an international context, brought to the forefront discussions about cases of femicide, domestic violence, and sexual violence targeting women's bodies. Thus, adopting methodological assumptions from Gender Studies and Comparative History, this article proposes to analyze how these themes were debated in the feminist press of Brazil and Chile, paying particular attention to differences in approach and to the political and social frameworks shaped by the periodicals to highlight and address the issue.

**Keywords:** Gender violence. Feminist press. Brazil. Chile. Comparative History.

**Resumen:**

Este artículo tiene como objetivo analizar cómo la cuestión de la violencia contra las mujeres fue problematizada y discutida en la prensa feminista de Brasil y Chile en la década de 1980. En ambos países, la década estuvo marcada tanto por el resurgimiento de los movimientos feministas y de mujeres como por las luchas por la redemocratización. Estos factores, sumados a la situación internacional, pusieron en primer plano las discusiones sobre casos de feminicidio, violencia doméstica y sexual dirigida a los cuerpos femeninos. Así, tomando como base los presupuestos metodológicos de los Estudios de Género y de la Historia Comparada, este artículo pretende analizar cómo estos temas fueron debatidos en la prensa feminista de Brasil y de Chile, prestando atención a las diferencias de abordaje y a los arreglos políticos y sociales esbozados por los periódicos para visibilizar y enfrentar la problemática.

**Palabras clave:** Violencia de género. Prensa feminista. Brasil. Chile. Historia comparada.

**Introdução**

Falar da história das mulheres é, também, tratar de uma história marcada por violências. Virginia Woolf, em *“Um teto todo seu”*, ao percorrer prateleiras da biblioteca perguntando onde estavam as mulheres nas artes, descobre que durante o século XV na Inglaterra, surrar as esposas “era um direito legítimo do homem, e era praticado sem nenhuma vergonha tanto nas classes altas como nas baixas” (2014, p.56). Apesar da narrativa de Woolf pertencer a literatura, isso não implica que sua afirmação não espelhe os acontecimentos daquele tempo. Basta olharmos os códigos civis e penais para nos darmos conta de como a violência contra as mulheres era algo recorrente e naturalizado até meados do século XX.

Michelle Perrot (2008) analisa que a apropriação violenta dos corpos femininos, ao longo da história, é intensa, passando por cenas de estupros coletivos, espancamentos e assassinatos de mulheres sem distinção de classe social. De acordo com a historiadora, durante o século XIX:

A quantidade de mulheres que apanhavam dos maridos era imensa. Bater na mulher e nos filhos era considerado um meio normal, para o chefe de família, de ser o dono da sua

casa – desde que fizesse com moderação. Tal comportamento era tolerado pela vizinhança, principalmente nos casos em que as esposas tinham reputação de serem donas-de-casa “relaxadas” (PERROT, 2008, p. 77).

Na América Latina a situação não era diferente, haja vista o processo de colonização que permeia estas relações. Rachel Soihet, ao tratar do Brasil, avalia que durante os séculos XVIII e XIX, a violência direcionada às mulheres era algo comum tanto nas famílias pobres quanto nas burguesas, onde os maridos tratavam com açoites “à menor desobediência” cometida por suas esposas ou filhos (1997, p. 265). Na mesma direção, Margarita Iglesias (2008) afirma que no passado colonial chileno, mulheres recorriam ao Tribunal Eclesiástico de Santiago para solicitar o divórcio de seu marido devido às violências sofridas.

Perrot avalia que, entre os anos de 1960 e 1970, momento em que os feminismos passaram a reivindicar o direito ao corpo, foi que a subjugação e dominação do corpo feminino por meio de estupros, assédios sexuais, espancamentos e assassinatos passou ser questionada e começaram a surgir espaços e políticas públicas destinadas a enfrentar o problema. Em 1976, em Bruxelas, ocorreu o I Tribunal Internacional Sobre Crimes Contra as Mulheres, tendo como ponto de partida o crescente número de mulheres assassinadas dentro das relações familiares e afetivas. A partir de então, em países europeus como França e Alemanha, as feministas criaram campanhas de conscientização e espaços de acolhimento às vítimas de tais abusos. O intuito, naquele momento, era dar visibilidade a este problema, ainda sem nome, como um tema político. Assim, a historiadora pondera que o que tem mudado ao longo do tempo são as formas que a sociedade e as próprias mulheres enxergam e toleram essas práticas violentas no cotidiano. Em suas palavras: “[...] A gama de violências exercidas sobre as mulheres é ao mesmo tempo variada e repetitiva. O que muda é o olhar lançado sobre elas, o limiar de tolerância da sociedade e das mulheres, a história de sua queixa. Quando e como são vistas, ou se veem, como vítimas?” (2008, p. 76)

Neste sentido, este artigo visa analisar, de forma comparativa, como esse tema entrou na agenda feminista do Brasil e do Chile, na década de 1980, momento em que ambos os países lutavam pelo retorno à via democrática. Maria Ligia Prado (2005) advoga que a História Comparada é rica para o levantamento de novas questões e problemas e, especialmente, para pôr em dúvida eventos que pareciam dados como processos contínuos e análogos. Especialmente no que se refere à História da América Latina, Prado demonstra a potencialidade desta análise, ao argumentar que, mesmo nos anos de 1960 e 1970, quando os países latino-americanos partilharam da experiência de regimes autoritários, a historiografia não encontrou o mesmo comportamento político muitas vezes esperado pelos pesquisadores.

Para isso, tomaremos como fonte os periódicos feministas que circularam no Brasil e no Chile entre os anos de 1982 e 1987. Tania de Luca afirma que as fontes impressas têm um grande potencial para a compreensão dos papéis sociais atribuídos às mulheres na sociedade, bem como para as transformações ocorridas em torno das relações sociais, da família e da imagem da mulher, entre outras. Não obstante, a autora alerta para a necessidade de historicizar a materialidade dos impressos. Ou seja, como os periódicos expressam valores que se pretendem difundir, faz-se imperativo averiguar as condições de produção vigentes, os temas escolhidos, os responsáveis pela linha editorial, a escolha do título e dos textos programáticos que “dão conta das intenções e expectativas” (2008, p.140). Assim, almejamos compreender como esses periódicos, com linhas políticas distintas e envoltos em contextos particulares, discutiram e trataram o tema da violência de gênero, sobretudo relacionados ao contexto político específico que ambos os países estavam imersos.

### **A violência na imprensa feminista brasileira: gênero e sexualidade**

Entre o final da década de 1970 e meados dos anos de 1980, o Brasil vivenciava uma intensificação dos movimentos sociais pelo retorno à via democrática. Com a aprovação da Lei da Anistia e o fim do bipartidarismo, novos partidos e agentes políticos ganharam a cena pública, fazendo com que os movimentos sociais se articulassem para que suas demandas entrassem nestas novas agendas políticas. Isto é, o retorno democrático deveria ser pensado à luz das especificidades trazidas por movimentos de mulheres, negros, camponeses, homossexuais, entre outros.

Esse momento coincide com inserção das questões de gênero no meio acadêmico brasileiro a partir de pesquisas que tinham como norte o conhecimento sobre as diferentes faces do cotidiano feminino, especialmente os relacionados ao mundo do trabalho (BRUSCHINI, 1994). Ao mesmo tempo, a imprensa feminista brasileira era retomada por meio dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, editados entre 1975 e 1980, importantes mecanismos que se dedicaram a pensar o cotidiano das mulheres, sobretudo das classes trabalhadoras.

Elizabeth Cardoso (2004) divide a imprensa feminista que emergiu após 1974 em duas gerações, sendo a primeira correspondentes às produções de 1975 a 1980, centrada nos debates sobre as denominadas “questões gerais e questões específicas”, a exemplo da autonomia partidária e do enfrentamento à ditadura; enquanto a segunda, editada entre os anos de 1981 a 1990, já teria incorporado as discussões de gênero e tenderia à especialização dos temas, como o direito ao corpo, à sexualidade, ao aborto e ao combate à violência contra as mulheres<sup>2</sup>. É neste

exemplo que se encaixam as publicações brasileiras que serão analisadas, a saber: *Mulherio e Chanacomchana*.

O *Mulherio* surgiu em 1981, em São Paulo, inicialmente como um projeto da Fundação Carlos Chagas e com financiamento da Fundação Ford. Entre os anos de 1981 e 1987, foram publicados 39 números, na maior parte do tempo com periodicidade bimestral, tendo uma grande circulação nacional. Em seus primeiros anos, o jornal foi editado pela jornalista Adélia Borges, a psicóloga e professora universitária Fúlvia Rosemberg e a socióloga Carmen Barros. O primeiro editorial definiu o jornal como uma “porta voz” para todas as vertentes do feminismo, sem tomar uma posição “pré estabelecida” sobre qualquer assunto, tornando-se um canal para se debater todos os problemas relativos à mulher, bem como para ouvir as diferentes opiniões a respeito dos mesmos.

*Chanacomchana*, por sua vez, foi editado entre 1982 e 1987, pelo Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF) constituído a partir de uma dissidência do grupo homossexual Somos<sup>3</sup>, também de São Paulo, organizado no final dos anos de 1970 (OLIVEIRA, 2017). Diferente do *Mulherio*, que contava com aporte financeiro da Fundação Ford, esta publicação manteve-se de forma autônoma e artesanal. O periódico era mimeografado, em preto e branco, e vendido, sobretudo em seus primeiros anos, no Ferro’s Bar, um ponto de encontro e de militância lésbica na capital paulistana. Por conta disso, *Chanacomchana* teve apenas treze números publicados, de forma irregular, entre edições semestrais e anuais.

Ambas as publicações surgiram no início dos anos 1980, momento que, para Elizabeth Cardoso, inicia-se outra geração da imprensa feminista brasileira. Para a autora, os acontecimentos e disputas ocorridas durante o I e o II Congresso da Mulher Paulista, entre 1980 e 1981, foram os fatores determinantes para os desdobramentos desta nova imprensa feminista uma vez que, as tensões com os partidos de esquerda foram acirradas e se definiu que “[...] O Congresso deveria ser apartidário e voltado para as questões específicas das mulheres (2004, p. 40)”.

É a partir deste momento que as discussões sobre as formas de violência direcionadas contra as mulheres ganharam atenção e maior impulso na agenda política das feministas. Até então, o tema, como pontua Maria Filomena Gregori (1992), era mencionado por essas organizações, porém, nenhum trabalho específico era realizado com as mulheres que sofriam violência. De acordo com a antropóloga, isso derivava da conjectura nacional e das próprias tensões existentes dentro dos feminismos em encontrarem uma linha de política comum, pois, até então, alguns grupos privilegiavam a luta pela democratização e melhorias nas condições de

vida, enquanto outros tratavam especificamente das questões relativas às condições femininas, como sexualidade, aborto, contracepção e violência sexual.

No que concerne especificamente à violência marcada por gênero, no Brasil, em 1979, teve início a campanha “Quem ama não mata”, na cidade do Rio de Janeiro, como forma de denúncia dos assassinatos de mulheres por seus atuais ou ex-companheiros, maridos e namorados<sup>4</sup>. O assassinato de Ângela Diniz, em 1976, pelo seu companheiro, Doca Stret, ascendeu o debate sobre os intitulados “crimes de honra” e a impunidade destes casos. Tratava-se de um caso envolvendo figuras da elite carioca. Em seu primeiro julgamento, o réu foi condenado a dois anos de prisão, os quais poderia responder em liberdade, pois foi considerado que ele agiu em legítima defesa da honra, portanto, era um crime “passional” e não oferecia grandes consequências sociais.

Esse discurso mobilizou as feministas a criarem o *slogan* “Quem ama não mata”, que passou a ser escrito em muros, faixas e utilizados nas manifestações, com o intuito de chamar a atenção para a maneira como, até então, essas relações de violência eram compreendidas (BLAY, 2008). O objetivo da campanha era inverter a imagem dos assassinatos de mulheres como algo banal e pressionar, no âmbito jurídico, modificações em relação às condenações (ARDAILLON e DEBERT, 1987). Ao contestarem as mortes de mulheres motivadas pelo “amor excessivo” dos homens, as feministas tornaram visível a violência que se passava nas denominadas relações afetivas.

Foi neste contexto que surgiu o SOS Mulher, também em 1980, na cidade de São Paulo. Nas conclusões do II Congresso da Mulher Paulista, quando foi proposto o Encontro de Valinhos, consagrou a luta pelo enfrentamento da violência doméstica e pelo controle da natalidade como bandeiras prioritárias para o feminismo. Articulado por um grupo de feministas, o SOS foi criado no intuito de ofertar atendimento e apoio às mulheres vítimas de violência. Nos três anos de atuação, o espaço ofereceu plantões de reflexões, informações e orientações jurídicas gratuitas e acolhimentos de mulheres (PONTES, 1986). Ao darem queixa sobre as agressões e violências físicas e sexuais sofridas, as mulheres recebiam um tratamento que as faziam se sentirem culpadas pelo ocorrido. Os atendimentos policiais questionavam, muitas vezes, se as agredidas não tinham se desviado de seus atributos de esposa ou de “mulher honesta” e provocado a violência. Além disso, muitas eram aconselhadas a retomarem suas vidas conjugais. Essa hostilidade fazia com que muitas mulheres desistissem da denúncia. Sendo assim, as feministas pleiteavam um atendimento especializado para as vítimas de violência.

Gregori advoga que surgia um novo momento do feminismo que não se concentrava apenas em denunciar as condições sociais em que as mulheres viviam, mas, também, em criar

“novas formas de serviço que articulem os problemas sociais por elas enfrentados em uma resolução que passe pela mobilização política (1992, p.25)”. Nessa perspectiva, o grupo atendia às mulheres vítimas de violência por meio de plantões de reflexões, informações e orientações jurídicas gratuitas e acolhimentos, além das manifestações públicas de denúncia e reivindicação. Apesar da experiência inovadora, o grupo atuou apenas por três anos.

Ambos os periódicos trataram deste momento e das políticas que se delineavam no país. Em sua segunda edição, *Mulherio* trouxe um artigo assinado por Maria Otilia Bocchini, que abordava o trabalho do SOS Mulher, e de uma manifestação ocorrida em Belo Horizonte, que levava o lema a campanha “*Quem ama não mata*”. O artigo afirma que desde que o SOS começou a funcionar, “o telefone não para de tocar” e que os plantões noturnos eram sempre “muito procurados por mulheres que vão até lá enquanto seus maridos espancadores estão no trabalho”. E ressalta que,

[...] a tarefa mais abrangente do SOS consiste em denunciar sistematicamente, incansavelmente, a violência também sistemática e incansável que se abate sobre as mulheres. E buscar caminhos que reduzam essa violência, seja conscientizando mulheres e homens da gravidade da questão, seja lutando para que cesse a impunidade que premia assassinos, estupradores e espancadores de mulheres (MULHERIO, ano 1, n.1, maio/junho, 1981, p. 3).

Ainda na mesma página, destaca como a campanha, iniciada em 1979 no Rio de Janeiro, estava sendo repercutida em outras cidades, apontando a urgência de tratar do tema.

[...] Quem ama não mata. Esse foi o grito das mulheres mineiras que explodiu os muros de Belo Horizonte em 1980, depois do assassinato de duas mulheres por seus maridos, inconformados com a ideia da separação. Em março deste ano, dois bárbaros assassinatos mobilizaram as mulheres do Rio e de São Paulo para uma ampla denúncia pública da violência cotidianamente dirigida contra as mulheres (MULHERIO, SOS Mulher, ano 1, n.1, maio/junho, 1981, p. 3)<sup>5</sup>.

A política também foi pautada no *Chanacomchana*, que em seu primeiro número, noticiou sobre o SOS, como aparece entre os informes publicados pelo boletim.

[...] O grupo SOS MULHER de SP entidade feminista que combate a violência contra a mulher, reivindicou junto ao diretor do Degran, Rubens Liberatori, um tratamento mais justo, nas delegacias, para as mulheres que apresentam queixas de agressão, por parte dos maridos ou de violência sexual (Chanacomchana, Informes, n.1, 1982, p. 10).

Nestes fragmentos, podemos avaliar como a questão da violência direcionada às mulheres, sobretudo nas relações afetivas e no espaço doméstico, começava a ganhar visibilidade

por meio de ações feministas, ainda que as respostas institucionais, como a criação da Delegacia de Defesa das Mulheres, não fossem as almejadas pelo movimento. Pensando neste novo momento do feminismo e sobre, como observa Perrot, as mudanças que fazem com que a sociedade passe a questionar a naturalização da violência, o *Chanacomchana* discutiu como essas denúncias repercutiram. Na sexta edição, apresentou um texto sobre o julgamento e condenação de Lindomar Castilho, em 1984. Apesar de destacar o fato como um “grande passo em direção à impunidade”, avalia que a violência contra a mulher segue como um dado “corriqueiro” na sociedade. Esta constatação vinha das agressões direcionadas às feministas, que protestavam pedindo a condenação do réu na porta do tribunal.

[...] apesar da vitória representada pela condenação de Lindomar, a violência contra as mulheres ainda é uma fato corriqueiro na sociedade brasileira. Por exemplo, até mesmo as feministas que se mobilizaram, em frente ao Palácio da Justiça, para reivindicar a condenação do assassinato de Eliane, tiveram que encarar agressões verbais e físicas de um bando de machões furiosos. Entre os xingamentos do tipo “vagabundas, putas, sapatões, etc.”, o bando de homens atirou ovos e deu socos e pontapés nas feministas do Movimento das Mulheres Contra a Violência, além de rasgar-lhes cartazes. A polícia só apareceu quando as mulheres já haviam sido agredidas quatro vezes (CHANACOMCHANA, n.6, nov./dez./jan., 1984/1985, p. 11).

No fragmento do texto acima, chama a atenção a reação de homens contra as feministas que contestavam contra o poder de morte que aqueles exerciam, e ainda exercem, na vida das mulheres. Este fato demonstra as dificuldades encontradas para romper não apenas com a invisibilidade do tema, mas também com o “pacto da masculinidade” que busca exercer controle e poder sobre os corpos femininos. Em vista disso, o periódico analisa que, mesmo frente ao reconhecido êxito das feministas ao pressionarem pela condenação, levando, inclusive, à possibilidade do dispositivo “legítima defesa da honra” ser retirado da linguagem jurídica, isso não implicou em uma drástica mudança na percepção da sociedade a respeito da violência contra as mulheres.

Neste sentido, a década de 1980 foi marcada por acirradas manifestações das feministas que acompanhavam os julgamentos de feminicídios a fim de evitarem que a defesa do réu conseguisse a absolvição ou diminuísse a condenação alegando que o crime “não era tão grave” quanto o movimento afirmava. Essas mobilizações foram de fundamental importância para trazer à tona uma das formas de opressão que não apenas marginalizava as mulheres, mas lhes retirava a vida. Entretanto, como entender essa violência? Seria pelo viés do patriarcado, das análises sobre a construção cultural sobre a masculinidade? Os homens são, biologicamente, mais fortes e por isso, *naturalmente*, mais violentos? E como solucionar este problema tão negligenciado?

Frente a estas indagações, a segunda edição do *Mulherio* trouxe como matéria de capa “*A violência contra a mulher que começa na infância e permeia todo o cotidiano*”. O artigo, assinado por Carmen Silva, argumenta que a violência, estampada nos jornais, tem sensibilizado a população; entretanto, esta seria a ponta de um iceberg que teria início quando o recém-nascido é uma menina.

[...] Essa violência que permeia as relações de poder e que, em nossa sociedade, recai com todo seu peso sobre cada fase e cada aspecto da vida feminina: saúde, educação, afetividade, sexualidade, reprodução, trabalho. [...] A violência contra a mulher começa na hora do nascimento. A menos que já haja uma enfiada de garotos, o advento da menina costuma decepcionar a família, sobretudo o pai, humilhando a mãe com uma noção de fracasso: frustrou a expectativa, não foi capaz de ‘fazer’ um homem, sente-se inferiorizada, pede desculpas, prometem tentar de novo. [...] poderíamos perguntar também se a gestação foi desejada, imposta ou casual. Impor, no caso, não é só coagir pela força, pelo berro; muitos maridos ansiosos pelo herdeiro pedem, insistem, envolvem, usam lábia, chantagem emocional, ameaças de abandono. Muitos não maridos exigem a famosa ‘prova de amor’ ou ‘teste de virgindade’, fazem mil promessas, exploram os sentimentos, a credulidade, a ingenuidade, a ignorância ou a submissão da parceira – e depois caem fora sem pensarem mais no assunto. Teria essa mulher podido abortar se quisesse? (MULHERIO, Pequenos e grandes assassinatos, ano I, n.2, 1981, p. 12).

A violência abordada pelo texto não se reduz aos assassinatos e às agressões que vinham à tona; ao contrário, está imbricada na própria constituição do que é ser mulher dentro da sociedade. Portanto, neste fragmento, a violência é compreendida como algo que perpassa todas as opressões presentes no cotidiano das mulheres. Assim, as submissões e discriminações que as mulheres enfrentam, isto é, os motivos de sua alteridade, são tomados como formas de violência, um debate que será profícuo nos anos posteriores. Além de sinalizar que a constituição da identidade feminina como subalterna ao homem lhe proporciona uma série de pequenas violências ao longo da vida, o artigo traz outra importante problemática: as causas da violência masculina.

Ao tentar entender a violência dentro da esfera familiar, estabeleceu uma relação entre as frustrações decorrentes do desemprego, da pobreza e do uso de álcool ou, ainda, de uma “patologia” que levava certos homens a cometerem tais atos. Sendo assim, o artigo endossa que:

[...] ‘Violência marital é coisa de gentinha ou de tarados’ dizia a burguesia bem prestante. ‘Esses pobres diabos embotados pela miséria, pela fome, a doença, o álcool’. E quando um sacrossanto recesso de um respeitável burguês, um marido exacerbado de irritação ou de ciúmes partia para a ignorância e começava a ‘argumentar com as mãos, a mulher caía das nuvens: ‘como é que isso pode acontecer entre nós? ‘Nós’, no caso, significava gente instruída, articulada, que deveria poder resolver suas diferenças através do diálogo. E, no entanto, o pau comera solto. ‘Ele deveria estar transtornado, louco, precisando urgentemente de analista’, pensava ela. E num segundo plano da mente, punha-se a

remoer a eterna conjectura feminina: ‘A culpa terá sido minha?’ ‘Que terei eu feito de errado?’[...] E, de repente, a imprensa começou a noticiar com assustadora frequência que homens de ‘classe social elevada’ estavam matando suas companheiras. [...] Ruía mais uma ilusão burguesa: foi preciso admitir a evidência, até então reprimida ou negada, de que homens com dinheiro, prestígio, títulos universitários, conforme o caso, podem ser tão prepotentes como qualquer brutamontes, tão surdos ao diálogo como qualquer analfabeto, tão primários em suas reações como o sujeito situado no grau mais baixo da escala social. Reconheceu-se, enfim, que a violência marital não se inscreve necessariamente num quadro de psicopatologia individual ou de marginalização socioeconômica e nem é uma questão do âmbito privado. Muito pelo contrário, a violência contra a mulher insere no contexto normal da relação entre os sexos, institucionalizada e aceita de ânimos pelos cidadãos bem – pensantes (MULHERIO, Pequenos e grandes assassinatos, ano I, n.2, 198, p. 12).

Como dito anteriormente, os casos que se tornaram midiáticos, envolviam pessoas da elite brasileira. Deste modo, o artigo coloca em evidência a violência e a questão de classe. Primeiro, enfatiza que a violência contra as mulheres era praticada em todas as classes sociais, porém, com significados diferentes, rompendo com a perspectiva essencialista de que o homem era violento por "natureza" ou em decorrência de uma suposta patologia ou pela conjuntura econômica que o levava a frustrações. Rita Segato (2003), no entanto, avalia que a violência contra a mulher está associada às relações e às construções de gênero que são hierarquizadas e desiguais. Assim, essa violência deve ser compreendida dentro de um sistema de mandato da masculinidade, isto é, as construções das identidades de gênero que cultivam histórica e culturalmente a diferenciação de valores das sexualidades, constroem o mandato da violência ao instituir a subjetividade masculina ligada ao poder e a subjugação do outro. Segato afirma que a “masculinidade representa aqui uma identidade dependente de um status que engloba, sintetiza e confunde poder sexual, poder social e poder de morte” (2003, p.38). Deste modo, afiança que os homens creem que precisam exercer sua masculinidade, isto é, demonstrar a potência de sua virilidade enquanto condição indissociável de sua subjetividade. Portanto, esse mandato expressaria a prerrogativa que o homem deve ser capaz de demonstrar sua virilidade e agressividade diante das mulheres como forma de obter poder social.

O periódico ainda reflete sobre como essa questão passou a ser problematizada a partir do momento em que noticiou os assassinatos cometidos pelos instruídos da “classe mais elevada”, chamando a atenção para a pouca comoção que a morte de mulheres pobres causava. Além disso, podemos notar como a discussão da violência centrava-se em uma identidade "universal" feminina, sem tensionar outras dessimetrias. Audre Lorde afiança que, no movimento de mulheres dos anos de 1980, as mulheres brancas direcionaram o olhar para opressão *enquanto mulheres*, porém, ignorando as diferenças de raça, sexualidade e classe gerando a “[...] falsa

aparência de uma homogeneidade de experiência sob a capa da palavra *irmandade* de que fato não existe” (p. 241)

Neste sentido, dada a militância feminista e lesbiana, o *Chanacomchana* trouxe à baila outras formas silenciadas que também resultavam em espancamentos e mortes, ainda que de maneiras distinta, isto, é, a violência física e simbólica que atravessa o cotidiano de gays, lésbicas e pessoas trans. Como foi exposto em 1982 ao tratar do caso do jovem Bigode quando ainda não se discutia (ou entendia) a transexualidade, foi apresentado como um corpo abjeto e fora do lugar, levando-o a uma situação extrema.

[...] Esta carta é dirigida a todos que repudiam a violência, desde a violência acintosa das ruas e da repressão policial ou do estupro e espancamento de mulheres àquela mais insidiosa do preconceito que interiorizamos e que também mata. O preconceito também mata as oposições indesejadas, a criação, a liberdade, a possível felicidade, o ser humano. O preconceito que empurra pessoas de cima das pontes como derrubou a jovem mulher Mara Herzer de um viaduto na Avenida 23 de maio, no dia 9 de agosto deste ano. Sandra Mara amava as mulheres numa sociedade ultra misógina onde apenas o masculino é positivo e tudo é feito para satisfazer as necessidades e os anseios dos homens. (CHANACOMCHANA, n.1, 1982, p.10)<sup>6</sup>.

O texto lança luz à violência decorrente das considerações, por diferentes setores da sociedade, sobre a homossexualidade como algo anormal e abjeto. Se a violência doméstica era extremamente silenciada, subnotificada como situações normais de um casamento, as agressões e assassinatos contra gays, lésbicas e travestis não eram passíveis de ser compreendidas pela chave da violência. Neste sentido, as reflexões de Judith Butler (2002) nos auxiliam a compreender a banalidade dessas formas de violência. Segundo Butler, a não inteligibilidade desses corpos, isto é, o não reconhecimento social dos indivíduos que não se encaixam em nenhum dos dois gêneros apreendidos como “normais”, os tornam desprezíveis. Sendo assim, as ações violentas direcionadas contra eles não são consideradas como relevantes ou impactantes, haja vista que seus corpos não têm importância social. Logo, o/as homossexuais não são compreendidos socialmente como “humanos” ou como vidas dignas de valor, levando a situações em que a violência que lhes recai, tanto física, quanto simbólica, seja simplesmente apagada.

Neste sentido, em 1982, o periódico discutiu como a heteronormatividade que, até então, era pouco problematizada pelo feminismo, também resulta em diferentes formas de violência para os corpos que não se enquadrar dentro do padrão binário. Como foi exposto:

[...] A heterossexualidade é hoje o padrão de conduta sexual tido como ‘normal e obrigatório’, diante do qual as outras formas de sexualidade são consideradas desviantes e por tal relegadas à total marginalização. A heterossexualidade, não a heterossexualidade

em si, ou seja, não necessariamente as relações heterossexuais, mas a heterossexualidade enquanto instituição é um instrumento de opressão das pessoas, e em especial das mulheres, cuja finalidade é manter intactas as estruturas repressivas do sistema patriarcal. (CHANACOMCHANA, n.2, 1982, p. 5).

O texto veio acompanhado de uma tirinha assinada por Míriam Martinho e, em tom de humor, ironizava uma situação vivida por um grupo de mulheres que teriam recorrido a um espaço de acolhida a mulheres vítimas de violência. Uma das personagens perdeu o emprego, enquanto as outras foram, respectivamente, expulsas de casa e da escola por serem lésbicas<sup>7</sup>. A resposta é recebida de forma perturbadora pela atendente que, constrangida, solicita que as três voltem no dia seguinte, pois, naquele período só eram atendidas mulheres (OLIVEIRA, 2017).

Figura 1



Fonte: Somos Lésbicas, Míriam Martinho, *Chanacomchana*, n. 2, p. 1982.

A tirinha traz uma crítica ao feminismo mais amplo, mas, sobretudo, ao espaço do próprio SOS Mulher. Isto porque, ao tratar da categoria mulher, em um formato “universal”, deixava de lado clivagens importantes que retratavam o cotidiano feminino, a exemplo dos recortes de classe, raça, etnia e sexualidade. Neste sentido, a charge questiona os sentidos possíveis de ser mulher e as formas de violência que podem atravessar seu dia-a-dia e aponta que a opressão que recaía sobre a mulher lésbica também era dupla, pois como advoga Adrienne Rich (1981) o seu desejo sexual não era considerado como “natural”, o que fazia com que, dentro da lógica dominante e patriarcal, ela fosse vista como uma “não mulher”.

Em 1983, outra tirinha, também rubricada por Martinho, lança luz sobre a repressão policial contra mulheres lésbicas, sobretudo em espaços de sociabilidade. Durante o regime militar brasileiro, havia um forte enfrentamento à homossexualidade por considerá-la “uma ameaça e um mal a ser extirpado” (GREEN; QUINALHA, 2021, p. 267). No entanto, esse

discurso não se alterou durante o período de redemocratização, ao contrário, com o advento do vírus do HIV e sua associação, pejorativamente, à homossexualidade, fez com que a repressão policial fosse intensa, culminando, inclusive, na fatídica “Operação Tarântula”, orquestrada pelo delegado Richitelli, em 1987, com o intuito de realizar um processo de “higienização” da cidade por meio da prisão de gays, prostitutas e travestis que frequentavam a região central de São Paulo.

Figura 2



Fonte: *Chanacomchana*, n. 4, 1983, p. 6.

As duas charges trazem importantes reflexões sobre o que se entende por violência direcionada às mulheres. Se, por um lado, víamos surgir uma dizibilidade sobre a violência doméstica e sexual que, cotidianamente afetam mulheres e, em muitas vezes, resultam em sua morte; de outro, assistimos essa problematização ser feita a partir de um discurso binário e heterossexual. Neste sentido, *Chanacomchana* ampliava o quadro do que se pode compreender como violência contra as mulheres, e inclusive, problematizava a representatividade do sujeito *mulher* pelo feminismo mais amplo, demonstrando a importância de discutir a heterossexualidade compulsória e os sentidos da violência no cotidiano das mulheres lésbicas. Apesar disso, em ambos os periódicos, a interseccionalidade de classe e raça não aparece nas discussões e será tematizado pelas feministas negras nos anos seguintes<sup>8</sup>.

## A violência estatal e a ausência de políticas públicas: as discussões na imprensa feminista chilena

Diferente do Brasil, o Chile dos anos 1980 não caminhava para a redemocratização. Ao contrário, com as fraudes ocorridas no plebiscito de 1980, a nova Constituição conferiu legitimidade ao regime vigente para continuar no poder, além de inserir no texto medidas que possibilitaram decretar estado de emergência e estado de sítio, como ocorreu em 1986. A nova Constituição também definiu o itinerário da abertura tutelada, com as regras e os prazos para a sua conclusão. De acordo com o texto constitucional, Pinochet ficaria à frente do governo por um período de oito anos e, após este, a autoridade militar indicaria um substituto, que seria submetido a plebiscito para a sucessão (MARTINS, 2020).

Em resposta às fraudes no plebiscito, em 1983, tiveram início as jornadas de protesto convocadas em maio, pelo Comando dos Trabalhadores do Cobre (CTC), responsável pelas primeiras articulações de greves que eclodiram na década. Esta ação, a princípio limitada, teve um efeito catalizador, fazendo com que outros setores da sociedade civil aderissem de forma espontânea às jornadas<sup>9</sup>. Em datas específicas a população tomou as ruas centrais e os bairros periféricos, com manifestações e barricadas, que exigiam melhores condições de vida e o retorno à via democrática. Essas manifestações ocorrem no período em que a crise, decorrente do fracasso das medidas neoliberais implantadas pelo regime civil-militar<sup>10</sup>, se acentuou refletindo em uma alta taxa de desemprego, inflação e uma severa queda no salário mínimo. É nesse contexto que o feminismo chileno reemergiu na cena pública, sob o signo do regime civil-militar e com o lema “Democracia en la casa y en el país”.

O primeiro periódico analisado foi publicado em março de 1981. *Fúria*, foi uma revista mimeografada, com cerca de 20 páginas, composta por textos e charges feitas à mãos e que definia-se como uma publicação alinhada ao feminismo autônomo e ao projeto socialista. Entre os anos de 1981 e 1984, foram publicados seis números, autofinanciados e que não tiveram circulação regular. Os três primeiros números foram semestrais e os demais passaram a ser anuais. Também não havia um número de páginas padrão e nem preço para a compra dos exemplares. Existia apenas um endereço de correspondência onde poderiam ser enviadas sugestões, cartas ou a solicitação de um exemplar. Tendo em vista o contexto de censura e repressão vigente no período, não sabemos como o jornal era impresso ou como circulava. Seu primeiro editorial expôs que aquela era uma publicação de mulheres socialistas que estavam

dispostas a discutir e refletir, publicamente, “[...] lo que ha significado para nuestra condición de mujeres, la existencia de un régimen excluyente y autoritario, en lo cual se ha acentuado dramáticamente los rasgos de discriminación tradicional de la mujer en nuestra civilización” (FURIA, n.1, 198, p.1).

As discussões sobre a violência contra as mulheres compunham o cenário internacional feminista, sendo, portanto, alvo de seminários e reuniões nos Encontros Latino-Americanos. Logo, as reflexões sobre o tema não passaram ao largo do periódico chileno, ainda que, em relação a outras temáticas, esta tenha sido menos problematizada. Em sua terceira edição, a revista abordou-a em dois momentos. Na seção “*Vivimos, trabajamos, luchamos*”, ao relatar a experiência de mulheres no campo, narrou as diversas formas de opressão que as mulheres enfrentavam, entre as quais se encontra a violência doméstica. O artigo narra o cotidiano de mulheres que tinham dupla jornada, pois, mesmo os maridos estando desempregados, nada faziam em casa, ressaltando as disparidades dentro da família. Neste sentido, o artigo dá voz a algumas destas situações, como a de uma jovem que conta que o marido “sin tener siquiera una razón: se emborrachó, llegó a la una de la mañana y porque no le serví la comida me pegó” (1982, p. 9). Nesta matéria, emerge um dos pontos de discussão que as feministas se debruçaram para tentar compreender as complexas imbricações nas relações de violência doméstica, como as de Maria Amélia Azevedo (1985) que avalia que tais relações podem ser pensadas como resultado de um sistema patriarcal-capitalista, atenuadas por situações do cotidiano familiar como o uso de álcool, drogas ou situações de stress. Para a autora, uma sociedade na qual a condição feminina é de subalternidade aos homens, além da dependência econômica, as mulheres não conseguem se desligar desse “desamparo aprendido” e, portanto, permanecem vítimas dos episódios de violência física. Em outra chave interpretativa, Rita Segato (2010) advoga que uma das grandes contribuições dos estudos feministas às discussões sobre violência foi a crítica à “solidão do homem violento”, isto é, a ideia de que ele é um ser “desviante” que possui algum tipo de loucura ou aptidão para o crime e que, portanto, produz a violência. Como dito anteriormente, a autora procura compreender as relações de violência por meio da análise das dismetrias de gênero que levam à constituição de uma certa masculinidade que deve demonstrar “conquistar o poder” sobre o feminino.

Em outro momento, com o título “*Aviso para mujeres*”, o periódico trouxe um texto com o informe sobre uma casa-abrigo chamada “*No me pongas la mano encima!*”, na Espanha, que acolhia as mulheres espancadas por seus maridos. O texto explica que:

Encontramos este aviso en una revista de un país Europeo. Allí también hay muchas mujeres de distintos niveles sociales y culturales que están sometidas diariamente a abusos físicos o, más sutilmente, restringidas en su libertad de acción. En Europa y los Estados Unidos existe una conciencia colectiva, entre las mujeres, de esta violencia cotidiana en sus hogares y ellas empezaron a tomar medidas al respecto. Pensamos que es un paso importante atacar de esta manera la violencia y la falta de democracia en la propia casa, a pesar de la resistencia que ofrece la sociedad en su conjunto y más particularmente los hombres quienes se ven amenazados existencialmente por estas muestras de rebeldía de las mujeres. Consideramos que es muy necesario exigir relaciones democráticas y libres en nuestros hogares. Si no las tenemos en casa, como podemos conseguirlas en la nueva sociedad a la cual aspiramos? (FURIA, n.3, mar., 1982, p. 12).

O fragmento do texto afirma que a violência contra as mulheres não é algo restrito às chilenas, sendo compartilhada por mulheres de diferentes classes sociais e níveis culturais ao redor do mundo. Entretanto, a “consciência coletiva” das mulheres europeias e norte-americanas havia feito com que elas conseguissem criar tal medida para combater a violência direcionada às mulheres; método que o periódico vê como uma forma válida de se combater a violência e a falta de democracia dentro do lar. No que diz respeito ao primeiro ponto – o combate à violência – as casas-abrigo, em certa medida, funcionam, posto que retiram as mulheres dos seus lares violentos a fim de resguardar suas vidas. Não obstante, é uma medida paliativa que não inibe que a violência ocorra. De todo modo, o texto deixa evidente que, diferente do Brasil que começava a pensar em espaços de denúncia e acolhimento para as mulheres em situação de violência; no Chile, que ainda vivia sob o signo da repressão militar, essa realidade ainda era algo distante.

A questão é retomada na quarta edição em meio ao artigo sobre ideologia. Neste se afirma que os homens, conscientes ou não, se aproveitem da dependência feminina, e “pueden descargar toda la miseria que les pasa fuera de la casa en sus mujeres. Y es un hecho triste, aunque no es sorprendente, que sean exactamente los hombres más oprimidos los que se descargan más en sus mujeres” (1982, p. 32). Isto é, o uso da força, assim como os papéis socioculturais, era transmitido pela ideologia dominante, fazendo que mesmo um homem oprimido em sua condição de classe, submetesse sua esposa à mesma força que lhe é imposta. Ou seja, a chave para a violência estaria na reprodução da ideologia dominante. Por isso, ao enfrentá-la e alterar as estruturas familiares, a violência não seria mais efetiva.

Entretanto, em uma carta aberta, publicada na seção “*Análisis*” da quinta edição, uma exilada política, de retorno ao seu país, ressalta como é difícil ser feminista no Chile e salienta a invisibilidade da questão da violência doméstica.

[...] Por ejemplo, se ve el problema de la mujer golpeada como problema privado y personal y de algún modo, un problema que es culpa de la persona golpeada (culpar a la víctima). Otro problema relacionado es el de la mujer violada. En mi país, hace años que

es muy corriente que en todas las ciudades grandes hayan centros para las mujeres violadas, para ayudarlas, apoyarlas y ofrecerles consejo legal, etc. Todavía en Chile, a nivel general de la sociedad, se considera el problema de la violación como una desgracia personal y muchas veces se echa la culpa a la víctima. [...] No se considera la violación sólo como una instancia más de la violencia en contra de la mujer. Tampoco se considera que la violación puede ocurrir aún dentro de la pareja si la esposa es obligada a una relación sexual no deseada. Por ello es una tarea feminista importante la de politizar estos problemas, hacerlos públicos (FURIA, n.5, jul.,1983, p. 41).

Neste depoimento vemos o estupro ser tematizado, dando ênfase em como essa violência ainda não é vista como *violência* no país; seja pelos discursos que ainda visam culpabilizar as vítimas, seja pela ausência de política pública. Além de chamar a atenção para a falta destes espaços de acolhimento, a exilada destaca como, em outros países, já se discutia o estupro marital, ampliando o leque de violências que ocorrerem dentro das relações afetivas e que não tinham visibilidade até então.

Os outros dois periódicos foram publicados entre os anos de 1984 e 1987, isto é, posteriormente à revista *Furia*. Além da conjuntura política específica do país, alia-se, uma inflexão dentro do próprio movimento feminista e de mulheres. O primeiro trata-se do *Boletina Chilena*, publicado pelo *Movimiento de Emancipación de la Mujer Chilena*, MEMCH '83. Esse movimento foi atuante na entre os anos de 1935 e 1953, isto é, na intitulada “primeira onda do feminismo”. Em sua primeira organização, o MEMCH teve uma relação mais estreita com a militância política partidária, especialmente como o Partido Comunista, vinculando-se, posteriormente, à Frente Popular <sup>11</sup>.

Em 1983, com a retomada dos movimentos às rua, o coletivo é refundado, com a participação de duas militantes históricas: Elena Caffarena e Olga Pobletes<sup>12</sup>. A reconstituição do movimento tinha como propósito rearticular uma militância feminista e popular, congregou mais de quarenta entidades femininas, entre as quais figuravam: o *Movimiento Feminista, Mujeres de Chile* (MUDECHI), *Movimiento de Mujeres Pobladoras* (MOMUPO) e *Agrupación de Familiares de los Detenidos Desaparecidos* (AFDD), além de militantes do Partido Comunista e líderes sindicais. A partir do seu primeiro aniversário, em junho de 1984, o MEMCH passou a publicar o *Boletina Chilena* em formato de *newsletter*, ou seja, um boletim informativo periódico com um conteúdo específico e com uma restrição maior ao seu público. Entre o período de 1984 a 1987, foram publicados quatorze números. Sua periodicidade era regular, entre bimestral e trimestral, com um número de páginas estável. Não há referência à venda ou assinatura do boletim, qual era a tiragem do mesmo, se recebiam apoio financeiro de alguma organização ou apoio de partidos e sindicatos para sua impressão. De igual modo, não é possível saber como era feita a distribuição do mesmo, dada a pouca bibliografia sobre a imprensa feminista chilena neste período. A *Boletina Chilena*

tinha a clara intenção de se estabelecer como um canal de comunicação para as mulheres populares, e, também, como um porta-voz da violação dos Direitos Humanos cometidos pelo Estado. Isso porque, foi extremamente presente notícias sobre presos e desaparecidos políticos, sobretudo mulheres, bem como a necessidade de articular esse ponto à militância das mulheres a nível internacional.

Sua aproximação com a militância dos desaparecidos políticos e, por conseguinte, com a defesa dos Direitos Humanos, fez com que o boletim destinasse uma seção intitulada “*Para que nunca se diga: no lo sabía*”; onde se faziam frequentes denúncias às violações sofridas pelas presas políticas. São narrativas sobre espancamentos, torturas, estupros e abortos perpetrados pelo Estado contra os corpos femininos e, chama-nos atenção o fato de o boletim trazer estes relatos à tona ainda em meio à censura do regime de Pinochet, haja vista que o boletim entre 1984 e 1987. Em abril de 1986, em seu editorial, alertava-se que a “La violencia contra la mujer es un instrumento de la ditadura” e informava-se que duas jovens, de 14 e 19 anos, estavam sendo hostilizadas, perseguidas e ameaçadas. Além disso, o editorial diz a respeito dos consecutivos sequestros da militante Caren Hales, que havia sido “bárbaramente golpeada, amenazada e o assassinato de outra militante, Ana Luisa Peñadillo, porque “había sido una gran y desafiante luchadora a quien ni la prisión ni el extrañamiento la desviaron de la causa del pueblo” (1986, p. 2).

Em 1984, na mesma seção “*Para que nunca se diga: no lo sabía*”, o periódico trouxe três relatos de jovens estudantes que haviam sido presas e torturadas e ressalta o uso do corpo feminino como alvo de ameaça da violência sexual. Destacamos dois destes relatos:

[...]..Me llevaron a la misma sala vendada y cubierta sólo por una frazada que la quitaron al pedirme que me acostara en la colchoneta cerca de diez hombres y dos interrogadores, el resto estaba para dar los golpes. En ese momento me pidieron que abriera las piernas, lo que me terminó por descomponer. No conformándose con eso el interrogador, que tenía una luma en la mano, la puso entremedio de mis piernas, amenazando con introducirla si no hablaba, en ese momento se me borró la memoria y sólo me acuerdo cuando estaba de pie recibiendo golpes para perder ‘la cría que tenía (Patricia, estudiante de música)

[...] Fui víctima de tortura física y psicológica que paso a mencionar: desnudez de mi cuerpo y groserías acompañadas de golpes y manoseos(...) Otra de las torturas fue el llamado por ellos ‘el submarino’; ahí me sumergieron reiteradas veces, por varios segundos; cuando me encontraba bajo el agua uno de ellos me introdujo los dedos en la vagina; me sacaron semi inconciente y me siguieron interrogando en otra sala (Jeanete, egresa de la enseñanza media) (BOLETINA CHINA, Para que nunca se diga: no lo sabía..., n.4, nov./dec, 1984, p. 4).

Tais narrativas foram constantes no periódico, que tentava evidenciar a violência do Estado contra as mulheres e articulá-las ao discurso dos Direitos Humanos, ou seja, mostrar

como as formas de tortura perpetradas pelo Estado também apresentavam nuances em relação à violência direcionada aos homens. De acordo com Susel Oliveira, nas ditaduras latino-americanas, os usos dos corpos, seja através do desaparecimento, da disseminação da tortura ou dos sequestros, atingiram os militantes em geral, mas “adquiriram um caráter específico em relação às mulheres por meio da violência baseada no gênero” (2015, p. 312), pois, a tortura ocorreu por meio de estupro, mutilação, humilhação, insultos e intimidações sexuais. O acionamento da maternidade também foi um artifício utilizado pelos regimes ditatoriais para torturar as mulheres, ameaçando-as de empreender as mesmas técnicas de violência em seus filhos, além das condições de parto no cárcere e sequestros dos filhos (CALVEIRO, 2013).

Por fim, a questão da violência contra as mulheres também apareceu em outro boletim feminista chileno, a *La Morada*, uma publicação da *Casa de La Mujer La Morada*. Este periódico nos traz indícios de outro processo particular ao Chile: a reorganização de alguns movimentos sociais por meio de ONGs, que chegaram ao país ainda na década de 1970. De acordo com Margarita Iglesias (2010), durante o regime de exceção, as ONGs serviram como estratégia de trabalho para muitos profissionais das classes médias e ainda como forma de organização social para grupos intelectuais e antiditatoriais que se debruçaram em compreender a realidade política chilena, sendo amparados por fundos de cooperação internacional. Mario Durán (2010), por seu turno, avalia que a entrada das ONGs no país tomou duas direções, sendo a primeira constituída pela formação dos centros acadêmicos, a exemplo dos *Círculos de Estudio de la Academia de Humanismo Cristiano*; e a outra formada por instituições de apoio aos movimentos populares, como *Servicio de Desarrollo Juvenil* (SEDEJ), *Servicio Evangélico para el Desarrollo* (SEPADE) e *Educación y Comunicaciones* (ECO)<sup>13</sup>.

Uma parcela do feminismo está interligada com a primeira direção. Entre 1979 e 1983, a *Academia de Humanismo Cristiano* abrigou o *Círculo de Estudios de la Mujer*, composto por pesquisadoras das ciências sociais e militantes da *Asociación para la Unidad de las Mujeres* (ASUMA). O *Círculo de Estudios de la Mujer* teve o apoio financeiro e físico da entidade por quatro anos, promovendo oficinas, grupos de conscientização, seminários e debates em torno das questões de gênero, além da publicação de um boletim homônimo (RÍOS, GODOY, GERRERO, 2003). Entretanto, com a retirada do apoio, em 1983, o grupo acabou por se dividir, dando origem a duas novas instituições, a saber: *Centro de Estudios de la Mujer* (CEM), com um caráter mais acadêmico; e, a *Casa de la Mujer La Morada*, constituída enquanto ONG, cujo objetivo era exercer uma militância voltada para as especificidades feministas.

A ONG era composta por militantes, em sua maioria, sem vínculos partidários e com formação superior, a exemplo da própria Julieta Kirkwood, que participou de sua fundação; a

arquiteta Margarita Pisano, a antropóloga Eliana Grado e a advogada Julia Matus, entre outras. A ONG, fundada ainda em 1983, realizava cursos e palestras, organizava exposições fotográficas e de cinema, além de dirigir uma a *Rádio Terra*, um canal para a comunicação feminista. Para a realização destas atividades, a ONG contava com o apoio financeiro de instituições e fundos internacionais, a exemplo o da Fundação Ford (Rios, Godoy e Guerrero, 2003).

Entre os anos de 1986 a 1987, a ONG editou o boletim *La Morada*. Seu formato seguia o padrão *newsletter*, mimeografado, impresso em página dupla, com cores. A respeito de sua periodicidade, sua publicação era bimestral e tinha um número regular de páginas. Entretanto, diferente dos demais, não há numeração nos períodos, apenas referências aos meses e ano de publicação e não há menção a preços ou assinaturas, nos levando a crer que o mesmo era distribuído às militantes de forma gratuita. Neste periódico não vemos menção a situações de violência no país, mas, em sua publicação datada de fins de 1986, ao noticiar uma manifestação feminista que ocorreu em Lima, mostra como, em outros países latino-americanos, as mulheres estavam se mobilizando em torno do tema. Os “*pitos contra la violencia*” eram uma forma que as mulheres peruanas haviam encontrado para se protegerem das agressões sofridas e, deste modo, constrangerem os agressores.

[...] La experiencia que voy a relatar se organizó en las barriadas populares de Lima. Allí, las mujeres pobladoras sufrían permanentemente la violencia física de sus cónyuges, pero cada una de ellas la sufría sola, en silencio, con vergüenza de que el maltrato sufrido pueda llegar a ser conocido. Tal vez por azar, dos de ellas llegaron a compartir esta información y a partir de eso, socializaron la información entre las mujeres del barrio. Decidieron que la unión hace la fuerza y, dejando de lado la vergüenza, acordaron que cada vez que alguna de ellas fuera golpeada por su cónyuge, tocaría un pito de manera de ser oída por las demás. Estas al oír el pito, salían a socorrer a la golpeada y en esta forma lograron acabar con los actos de violencia de los maridos (LA MORADA, s/n., set./out, 1986, p. 6).

O informe tem o intuito de apresentar um exemplo de ação possível para as chilenas. Ainda, por meio de seu programa de rádio, as militantes da ONG fizeram uma entrevista com uma jovem, chamada Isabel, que havia sido violentada quando criança pelo pai. O objetivo, segundo o periódico, era “ayudar a todas esas mujeres que han sido violadas y callan por dolor y vergüenza. Porque hablar de nuestros problemas, compartir nuestras experiencias, buenas y malas, en un espacio de mujeres, nos ayuda a crecer y nos hace más fuertes (1987, p.7)”. Informa, ainda, sobre a organização da “Semana de la Mujer”, realizada pelo Colectivo de Difusión del Movimiento Feminista y la Morada, cuja proposta era realizar uma “Muestra Fotográfica sobre el tema “Violencia contra la Mujer” e depois, um fórum sobre o mesmo tema. Sendo assim, apesar das condições adversas, a problemática estava sendo discutida no país.

Apesar deste engajamento do periódico em iluminar as violências díspares que as mulheres recebiam do Estado e cobrar, posteriormente, no retorno à democracia, que estas não caíssem no esquecimento; o boletim não fazia uma relação com as violências sofridas pelas mulheres no âmbito doméstico. Este tema não aparece dentro do *Boletina Chilena* como um problema presente no cotidiano das mulheres, fazendo-nos indagar se ressaltar a violência do Estado era parte da estratégia do grupo, sobretudo em um momento em que os movimentos sociais denunciaram, junto aos órgãos internacionais, os crimes contra os direitos humanos praticados pelo regime de Pinochet, ou se o tema ocupava pouco espaço dentro da agremiação que editava o boletim.

As discussões sobre o assunto são posteriores, na década de 1990, quando foi criado o *Servicio Nacional de la Mujer* (SERNAM) e a ONG *Red Chilena contra la Violencia Doméstica y Sexual*, hoje, *Red Chilena contra la Violencia hacia las Mujeres*. As reflexões de Hiner nos ajudam a refletir sobre a pouca ênfase dada pelos periódicos ao assunto. Segundo a historiadora, em 1989, duas missionárias norte-americanas, que tinham uma perspectiva feminista e realizavam um trabalho de conscientização sobre a violência contra as mulheres em Talca, tiveram que deixar o Chile, pois, o bispo da região, Carlos Gonzáles, considerado progressista e defensor dos direitos humanos, não aceitava o trabalho das duas irmãs. Sua oposição adivinha, sobretudo, do tratamento direcionado à violência doméstica e sexual, pois considerava que tratar deste tema era potencialmente perigoso, pois poderia levar ao “fracasso” dos casamentos<sup>14</sup>.

## Conclusão

Frente a isso, podemos inferir que, se no Brasil a temática da violência contra a mulher ganhou grande força e destaque no discurso feminista, no Chile essa discussão foi realizada de forma mais tímida. No Brasil o movimento feminista conseguiu avançar para espaços institucionais e criar condições para a criação de políticas públicas e espaços de acolhimento. No entanto, cabe ressaltarmos que, mesmo diante deste êxito inicial do feminismo brasileiro, a questão da violência contra a mulher foi ganhando outras nuances, fazendo-nos interrogar sobre os avanços e retrocessos na imbricação do feminismo com o Estado.

No Chile, na contramão do Brasil, esses canais só entraram em cena na década de 1990 e a pressão foi realizada por meio das ONGs que passaram a representar de forma mais contundente o feminismo. Podemos deduzir que no Chile, nos anos de 1980, assim como ocorrera no golpe de 1973, a família foi acionada como “bastião” da sociedade, o que trouxe grandes implicações para o feminismo, sobretudo em temas cruciais relacionados à

democratização na esfera doméstica como o divórcio, o aborto e a violência doméstica. No entanto, diferente do Brasil, a imprensa feminista chilena jogou luz sobre a violência cometida pelo Estado chileno contra as mulheres como forma de tortura. Em nosso país, a violência sexual sofrida pelas militantes e presas políticas durante o regime militar foi um tabu a mais a ser enfrentado, só sendo encarrado décadas depois, sobretudo no campo da História Oral. De igual modo, a imprensa feminista chilena também dedicou-se mais a tratar da violência que afetava as mulheres das classes trabalhadoras. Este fato pode ser compreendido tanto pelo contexto histórico do país, marcado pelo advento do neoliberalismo e seus desdobramentos no cotidiano de homens e mulheres, bem como por parte desta imprensa, como *Fúria*, estar conectada com as discussões do marxismo e dos partidos de esquerda. No Brasil, neste momento, o feminismo procurava se distanciar de uma militância partidária e contestava as explicações marxistas para os problemas femininos. No entanto, em ambos os países nota-se uma ausência das discussões sobre raça nos levando a indagar a presença de mulheres negras nestes editoriais e como essa lacuna impactou, posteriormente, as políticas públicas delineadas para o enfrentamento do problema.

### Referências:

- ARDAILLON, Danielle & DEBERT, Guita. **Quando a vítima é mulher**: Análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídio. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987.
- AZEVEDO, Maria Amélia. Mulheres **Espancadas**: a violência denunciada. São Paulo: Cortez, 1985.
- BESSE, Susan. Crimes Passionais: a campanha contra o assassinato de mulheres no Brasil: 1910-1940. **Revista Brasileira de História**, vol.9, n.18, ago./set., 1989, p.181-197.
- BRUSCHINI, Cristina. Trabalho Feminino: Trajetória de um tema, perspectivas futuras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n.1, 1994.
- BLAY, Eva A. **Assassinato de Mulheres e Direitos Humanos**. São Paulo: Editora 24, 2008.
- CALVEIRO, Pilar. **Poder e desaparecimento**: os campos de concentração na Argentina. São Paulo: Boitempo, 2013.
- CARDOSO, E. Imprensa feminista brasileira pós-1974. **Revista Estudos Feministas**, vol. 12, Florianópolis Set./Dec. 2004.
- DURÁN, Mario. ECO, las ONGs y la lucha contra la dictadura militar en Chile. Entre lo académico y lo militante. **Revista Izquierdas**, Santiago, n.7, agosto, 2010.
- GREEN, J.; QUINALHA, R. **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos, EDUFSCAR, 2021.
- GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e Queixas**: um estudo sobre mulheres e relações violentas e a prática feminista. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HINER, Hillary. De la olla común a la acción colectiva: las mujeres “Yela” en Talca, 1980-1995. **Polis**, Revista de la Universidad Bolivariana, Vol. 10, n. 28, 2011.

IGLESIAS, Margarita. Violencia familiar, violencia social: Un caso de Chile Colonial. **Cuadernos de Historia**, Universidad de Chile, n.29, 2008.

IGLESIAS, Margarita. Los desafíos del Cono Sur desde las perspectivas de las mujeres. La democratización de la democracia o la reinención de una democracia latinoamericana. In: PEDRO, Joana M & WOLFF, Cristina (Org.) **Gênero, Feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editoras Mulheres, 2010.

LIRA, Francisco F. “Do socialismo ao neoliberalismo: os anos de 1970 no Chile”, **Vitrine da Conjuntura**, Curitiba, v.3, n. 6, agosto 2010.

LORDE, Audre. "Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença". In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 246-256.

LUCA, Tania. História nos, dos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (Org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Renato. Chile: a democracia e os limites do consenso. **Lua Nova Revista de Cultura e Política**, n°49, 2000.

OLIVEIRA, Júlia Glaciela da Silva. Iconografias sarcásticas na imprensa feminista brasileira: mulherio e chanacomchana (1981-1985). **Domínios da Imagem**, v. 11, p. 67-91, 2017.

OLIVEIRA, Júlia Glaciela da Silva. **Militância ou profissionalização de gênero? Um estudo comparativo da imprensa feminista do Brasil, da Argentina e do Chile (1981-1996)**. São Paulo: USP-Capes: Intermeios, 2020, v. 1.

OLIVEIRA, Susel R. Mulheres versus ditadura, latifúndio e misoginia na Paraíba. **Estudos de Sociologia**. Araraquara, V.20 n.39, jul./dez., 2015.

PRADO, M. L. Repensando a História Comparada da América Latina. **Revista de História (USP)**, v. 153, p. 11-33, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008.

PINTO, M. Elena Caffarena de Jiles, jurista. **Revista Chilena de Derecho**, vol. 33 n, 2, 2006, p. 207-214.

PONTES, Heloísa. **Do palco aos bastidores: o SOS Mulher (SP) e as práticas feministas contemporâneas**. Dissertação de mestrado, Departamento de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, 1986.

RÍOS, Marcela; GODOY, Lorena; GERRERO, Elizabeth. **¿Un nuevo silencio feminista? La transformación de un movimiento social en el Chile posdictadura**. Santiago: CEM y Ed. Cuarto Propio, 2003.

SANTOS, Cecília M. Women's police stations and feminism in São Paulo. **Latin American Research Review**, Vol. 39, n. 3, October 2004.

SEGATO, Rita. **Las Estructuras Elementales de la violencia**: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

SEGATO, Rita. Crimes de gênero em tempos de “paz” e de guerra. In: STEVENS, C; BRASIL, K.C.T.; ALMEIDA, T.M.C.; ZANELLO, V. (Org.). **Gênero e Feminismos: convergências (in) disciplinares**. Brasília: Ex Libris, 2010.

SOIHET, Rachel. “Mulheres pobres e violência no Brasil urbano”. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: UNESP/Contexto, 1997.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

## Notas:

<sup>1</sup> Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Adjunta da Licenciatura em História e do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial (EPM) da Universidade Federal do ABC (UFABC). Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Gênero e América Latina” (GAL/UFABC). E-mail: [julia.glaciela@ufabc.edu.br](mailto:julia.glaciela@ufabc.edu.br) / Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9996-2343>

<sup>2</sup> De acordo com a autora, essa imprensa também tem uma nova forma de organização, muitas vezes mediada por ONGs e financiamentos.

<sup>3</sup> De acordo com Edward Macrae (1990), as transformações ocorridas naquela década, fizeram com que grupos homossexuais se aproximarem dos movimentos feministas e negros, que reorganizavam suas pautas. No entanto, a constituição do GALF esteve relacionada tanto às divergências dentro do grupo SOMOS, em torno da relação com os partidos políticos; quanto ao espaço dado às especificidades das militantes lésbicas dentro do coletivo. Estes fatores levaram a uma aproximação maior das integrantes do SOMOS com o feminismo e, posteriormente, à organização do GALF e a publicação do periódico.

<sup>4</sup> Esta não era a primeira vez que o tema ganhava espaço no país. De acordo com Susan Besse (1989), durante a primeira metade do século XX, os chamados “crimes da paixão” foram considerados uma “epidemia”. Porém, autora afirma que o motivo que levava a tal preocupação não era a morte das mulheres em si. Segundo sua análise, o país passava por um processo de intensa urbanização, de modo que conter tais crimes fazia parte do projeto de “higienização social”, haja vista que a partir dos anos de 1940 tais crimes deixaram de ser alvo das entidades políticas e sociais.

<sup>5</sup> Os assassinatos mencionados eram de Christel Johnston, morta pelo marido Eduardo Johnston, no Rio de Janeiro, em março de 1981; e de Eliane de Grammont, uma cantora paulistana, que foi assassinada por seu ex-marido, o também cantor Lindomar Castilho, quando se apresentava em um bar. Em ambos os casos, as vítimas já estavam separadas e os seus algozes as perseguiram por não aceitarem a separação.

<sup>6</sup> Sandra Mara Herzer foi uma jovem homossexual que foi internada na antiga FEBEM e que assumiu uma identidade masculina “Bigode” que saiu da fundação com a ajuda do, então, deputado Eduardo Suplicy, quem lhe arrumou um trabalho na Assembleia Legislativa. No entanto, devido aos preconceitos vigentes da época, Sandra suicidou-se em agosto de 1982. O livro “A queda para o alto” narra sua trajetória a partir de depoimentos e poemas de Sandra Herzer e foi publicado ainda em 1982, pela Editora Vozes.

<sup>7</sup> Em outros momentos, o periódico trouxe em suas capas o drama vivido por mulheres lésbicas para assumirem sua sexualidade sabendo que correriam riscos de perderem trabalho, relações familiares e de amigos.

<sup>8</sup> Lélia Gonzales teve uma coluna no Jornal Mulherio entre os anos de 1981 e 1983, na qual publicou texto discutindo as assimetrias entre mulheres brancas e negras, especialmente no mundo do trabalho.

<sup>9</sup> As jornadas ocorreram por todo ano e se estenderam até o ano de 1986, quando foi decretado Estado de Sítio diminuindo a força dos movimentos.

<sup>10</sup> As medidas adotadas vieram da experiência de um grupo de estudantes de economia do Chile que, com bolsa de estudos nos Estados Unidos, conhecidos como *Chicago Boys*. Estes foram responsáveis por trazer as ideias e propostas neoliberais implantadas, primeiramente, no Chile e, posteriormente, em toda a América Latina. Entre as medidas estavam a redução do papel do Estado no setor público e na economia (LIRA, 2010).

<sup>11</sup> No entanto, as relações entre as militantes do MEMCH e os discursos da esquerda que viam o feminismo como algo “burguês” e divisionista, levaram a tensões e rupturas entre as mulheres que eram

---

autônomas e as que militavam no Partido Comunista. Com a chegada de Carlos Ibañez ao poder e crescente perseguição à esquerda, o MEMCH encerrou suas atividades em 1952, sendo retomado nos anos de 1980. KIRKWOOD, Julieta. *Ser política en Chile: las feministas y los partidos*, Santiago: FLASCO, 1996.

<sup>12</sup> Elena Caffarena foi advogada e uma das protagonistas da conquista do sufrágio feminino no Chile, em 1949. Olga Poblete era professora de história e geografia, sendo uma grande referência na educação universitária chilena (PINTO, 2006).

<sup>13</sup> A *Academia de Humanismo*, fundada em 1975, por iniciativa da Igreja Católica, tinha o propósito de servir de espaço para que grupos de intelectuais, desalojados das Universidades, pudessem refletir sobre a situação política, econômica e social do país.

<sup>14</sup> De acordo com a historiadora Hillary Hiner (2011), duas missionárias da Igreja católica norte-americana, Maryknoll, começaram a discutir estas questões junto às mulheres de Talca, onde foi criada a primeira casa-abrigo ainda na década de 1980.